

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.261 - DF (2020/0071062-9)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE : GUILHERME GUSTAVO LIMA MARQUES**  
**ADVOGADO : CARLOS HUMBERTO FAUAZE FILHO - DF043188**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por GUILHERME GUSTAVO LIMA MARQUES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e Territórios, proferido no HC n. 0701423-84.2020.8.07.0000, assim ementado:

*"Direito Penal e Processual Penal. Habeas Corpus. Crime de furto (CP, art. 155, caput). Pretensão de trancamento da ação penal rejeitada. Justa causa para o exercício da persecução penal presente. Alegação de ocorrência de furto de uso. Aplicação do princípio da insignificância. Questão que demanda o exame minucioso das provas. Ordem denegada."* (fl. 106)

O recorrente defende que a subtração da bicicleta ocorreu apenas para a locomoção até a sua casa, devendo ser reconhecida a atipicidade da conduta, com o consequente trancamento da ação penal.

A defesa requer, em liminar e no mérito, o provimento do recurso nestes termos.

Liminar indeferida às fls. 138/139.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso, conforme parecer de fls. 142/143.

É o relatório.

O voto condutor do acórdão impugnado trouxe o seguinte:

*O trancamento da ação penal pela via estreita do somente é possível quando for habeas corpus verificada, à primeira vista, de plano, a ausência de justa causa, seja por atipicidade do fato narrado na denúncia, seja porque a peça acusatória desborde de seus elementos informativos ou esteja permeada por manifesta inviabilidade ou, ainda, porque presentes quaisquer das hipóteses de excludente de ilicitude.*

*A denúncia em exame não padece de qualquer dessas*

*máculas. Narra com clareza e precisão os fatos imputados ao paciente, ensejando o pleno exercício da ampla defesa e do contraditório. Além disso, preenche os requisitos do art. 41 do CPP.*

*No caso, há notícia de que o paciente teria – em tese – praticado o crime de furto de uma bicicleta da empresa YELOOW. Quanto ao argumento de que o paciente subtraiu a bicicleta apenas para utilizá-la para se deslocar até sua residência, o que caracterizaria furto de uso, adoto como razões de decidir o parecer da d. Procuradoria de Justiça que bem analisou a questão:*

“Segundo Rogério Sanches Cunha, o furto de uso consiste na subtração de coisa apenas para usá-la momentaneamente, devolvendo a, logo em seguida, ao real proprietário. Faltando *animus furandi*, configura-se um indifferente penal, desde que:

- a) intenção, desde o início, de uso momentâneo da coisa subtraída;
  - b) coisa não consumível;
  - c) sua restituição imediata e integral à vítima.
- (Código Penal Para Concursos, 12ª edição, p. 505).

*In casu, se nota que o uso da bicicleta não foi momentâneo, até porque pedalar da 708 Sul até Jardins Mangueiral demanda considerável tempo. Ademais, não haveria restituição imediata e integral à vítima, porque o paciente informou que abandonaria a bicicleta em alguma rua do Jardim Botânico, informação essa, conforme relatos dos policiais, inverídica, porque o condutor do flagrante afirmou que a guarnição observou o paciente empurrando a bicicleta em frente ao Shopping Jardim Botânico, sendo que esse, ao ver a viatura, acionou o descanso da bicicleta e saiu andando, olhando para a viatura desconfiado. Depois de alguns passos, voltou e continuou empurrando a bicicleta, o que evidencia, a princípio, intenção de se apossar do objeto*

*Em relação ao princípio da insignificância ou da bagatela, embora não previsto em lei, tem aplicação princípio da insignificância ou da bagatela consagrada pela doutrina e pela jurisprudência pátrias, a fim de excluir a tipicidade penal nos casos em que a ofensividade da conduta, de tão ínfima, não é penalmente relevante.*

*Para caracterizar o princípio da insignificância, na aferição do relevo material da tipicidade penal, é necessária a presença dos seguintes requisitos: (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada (HC 92.463, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 16.10.2007, DJU 31.10.2007).*

*No particular, não se verifica, de plano, a atipicidade da conduta diante da alegada insignificância a ensejar o trancamento da ação penal na origem.*

*Não basta que o objeto material do crime seja de pequeno*

*valor econômico – uma bicicleta simples de aplicativo, – para que se aplique, de modo automático, o princípio da insignificância.*

*Necessário o exame dos demais vetores, de modo que, neste juízo de cognição sumária inerente à via eleita do habeas corpus, inviável o trancamento da ação penal por não estar configurada de forma inequívoca a incidência do princípio da insignificância.*

*Assim, tal questão não pode ser apreciada neste, por demandar cognição fático-probatória writ incompatível com a sumariedade desta via.*

*Insista-se: a falta de justa causa para a ação penal só pode ser reconhecida quando, se constata, prima, ou seja, sem a necessidade de dilação probatória, a ausência de indícios de autoria ou de prova da facie materialidade do delito, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade, o que não se revela, por ora, no caso em exame (fls. 105/112).*

Quanto ao ponto, esta Corte Superior tem seguido, na última década, o entendimento de que para a aplicação do princípio da insignificância deverão ser observados os seguintes vetores: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) inexpressividade da lesão jurídica e d) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente. Tais vetores interpretativos encontram-se expostos de forma analítica no HC 84.412, Rel. Min. CELSO DE MELLO, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/10/2004, DJ 19.11.2004.

No julgamento do HC 123108/MG, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, TRIBUNAL PLENO, julgado em 3/8/2015, DJe 1/2/2016 essas balizas foram revisitadas, conforme acórdão assim ementado:

***PENAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. CRIME DE FURTO SIMPLES. REINCIDÊNCIA. 1. A aplicação do princípio da insignificância envolve um juízo amplo ("conglobante"), que vai além da simples aferição do resultado material da conduta, abrangendo também a reincidência ou a contumácia do agente, elementos que, embora não determinantes, devem ser considerados. 2. Por maioria, foram também acolhidas as seguintes teses: (i) reincidência não impede, por si só, que o juiz da causa reconheça a insignificância penal da conduta, à luz dos elementos do caso concreto; e (ii) na hipótese de o juiz da causa considerar penal ou socialmente indesejável a aplicação do princípio da insignificância por furto, em situações em que tal enquadramento seja cogitável, eventual sanção privativa de liberdade deverá ser fixada, como regra geral, em regime inicial aberto, paralisando-se a incidência do art. 33, § 2º, c, do CP no caso concreto, com base no princípio da proporcionalidade. 3. No caso concreto, a maioria entendeu por não aplicar o princípio da insignificância, reconhecendo, porém, a***

necessidade de abrandar o regime inicial de cumprimento da pena. 4 Ordem concedida de ofício, para alterar de semiaberto para aberto o regime inicial de cumprimento da pena imposta ao paciente. (HC 123108/MG, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, TRIBUNAL PLENO, julgado em 3/8/2015, DJe 1/2/2016).

É certo, ainda, que a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, para aferir a relevância do dano patrimonial, leva em consideração o salário mínimo vigente à época dos fatos, considerando irrisório o valor inferior a 10% do salário mínimo, independentemente da condição financeira da vítima.

No caso em análise, a *res furtiva* consistente em uma bicicleta para adultos de aluguel supera, ainda que não tenha sido juntada a avaliação oficial, o valor 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos que era de R\$ 998,00, não podendo ser tida por insignificante a conduta.

Nesse mesmo sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL. FURTO QUALIFICADO. BEM AVALIADO EM MAIS DE 10% (DEZ POR CENTO) DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO FATO. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICAÇÃO. INVIABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. Hipótese em que o Paciente - condenado à pena de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 10 (dez) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4.º, inciso IV, do Código Penal, pela subtração, em concurso de pessoas, de uma bicicleta avaliada em R\$ 300,00 (trezentos reais) - é reincidente específico.*

*2. A aplicabilidade do princípio da insignificância deve observar as peculiaridades do caso concreto, de forma a aferir o potencial grau de reprovabilidade da conduta e identificar a necessidade, ou não, da utilização do direito penal como resposta estatal.*

*3. O valor da res furtiva não é insignificante pois supera 20% do salário mínimo vigente à época. E conforme a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é "incabível a aplicação do princípio da insignificância quando o montante do valor da res furtiva superar o percentual de 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos" (AgRg no REsp 1.729.387/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 09/05/2018).*

*4. Não se mostra possível reconhecer reduzido grau de reprovabilidade na conduta de quem, de forma reiterada, comete delitos patrimoniais. Precedentes do STJ e do STF.*

*5. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC*

494.696/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 05/06/2019)

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO PELO ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. RES FURTIVA AVALIADA EM 24 % E 37 % DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Sedimentou-se a orientação jurisprudencial no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores: mínima ofensividade da conduta do agente; nenhuma periculosidade social da ação; reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; e inexpressividade da lesão jurídica provocada. 2. O furto de uma bicicleta, avaliada em R\$ 230,00, e de um ventilador, no valor de R\$ 350,00, que representavam, respectivamente, 24% e 37% do salário mínimo vigente à época dos fatos, não pode ser considerado de inexpressiva lesão jurídica, nos termos da orientação jurisprudencial do STJ.*

*3. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1770243/RO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 14/05/2019).*

Quanto ao pleito de reconhecimento do furto de uso, melhor sorte não socorre o paciente. Nos termos da jurisprudência dominante nesta Corte Superior, não é cabível na via do *habeas corpus* a aprofundada análise dos elementos de prova para se aferir a real intenção do agente, se de ter a coisa para si, ou apenas usar e devolvê-la.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL PENAL. AGRAVO. CONTRA-RAZÕES. AUSÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO. RECURSO ESPECIAL. FURTO DE USO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. SÚMULA 7/STJ.*

*1. Malgrado isolado entendimento, não há na legislação nenhum dispositivo dispensando a apresentação das contra-razões ao recurso especial em matéria criminal, quando da interposição do agravo, constituindo a falta da peça óbice intransponível ao conhecimento do recurso. Precedentes.*

*2. Se o recurso especial visa reconhecer a existência de furto de uso, sua análise implica, necessariamente, em incursão à seara fática dos autos, o que é vedado pelo súmula nº 7/STJ.*

*3. Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 311.724/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, DJ 20/11/2000, p. 324)*

Ausente, portanto, qualquer constrangimento que justifique a reforma do

# *Superior Tribunal de Justiça*

acórdão impugnado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *b*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator